

8

Secretário de Estado  
defende em conferência

"Governo aposta  
na negociação  
coletiva"

Alargamento do âmbito geográfico e profissional do SBSI

## Os sócios decidem

– Assembleia Geral dia 27 de novembro





SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO SUL E ILHAS  
MECODEC



## ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

De harmonia com o disposto nos n.º 1, 3 e 4 do Artigo 21.º dos Estatutos e do n.º 11 do Regulamento das Assembleias Gerais Extraordinárias, **convoco a Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas para o dia 27 de novembro de 2018, de acordo com o requerimento da Direção:**

Considerando que o programa desta Direção, para o mandato 2015-2019, tinha como um dos principais objetivos a constituição de um sindicato nacional que englobasse os sindicatos integrantes da FEBASE;

Considerando que o mencionado programa foi largamente sufragado pelos sócios na Assembleia Geral Eleitoral, realizada em 22 e 23 de Abril de 2015;

Considerando que a nova realidade da organização do trabalho exige que o associativismo sindical do setor financeiro possa corresponder aos anseios de mais trabalhadores não abrangidos no seu seio;

A Direção do SBSI, reunida em 2018.10.18, deliberou solicitar à MECODEC a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, a ocorrer em 2018.11.27, visando submeter aos sócios as seguintes questões:

- 1 – Alargamento do âmbito geográfico do SBSI a todo o território nacional;
- 2 – Alargamento do âmbito profissional, de modo a poder admitir no seu seio trabalhadores de outras áreas do sistema financeiro – individualmente ou em grupo – designadamente trabalhadores dos seguros, consultoria e IT&I.

Com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

**Ponto Único – Aprovar o alargamento do âmbito geográfico do Sindicato a todo o território nacional e do âmbito profissional de modo a poder admitir no seu seio trabalhadores de outras áreas do sistema financeiro – individualmente ou em grupo – designadamente trabalhadores dos seguros, consultorias e IT&I.**

Esta Assembleia Geral Extraordinária decorrerá das 00.00 horas às 18.00 horas do dia 27 novembro de 2018, exclusivamente por votação através da Internet (Art.º 10.º do Regulamento das Assembleias Gerais Extraordinárias).

Os locais de votação presencial eletrónica funcionam na sede do Sindicato e nas Secções Sindicais Regionais, entre as 9.00 horas e as 18.00 horas do dia 27 novembro 2018.

São votantes os sócios até ao n.º 86293

**Nota:** Os sócios que pretendam votar por correspondência devem solicitar à MECODEC a documentação necessária até ao dia 2 de novembro de 2018, que será enviada para a residência de acordo com o Art.º 14.º do Regulamento das Assembleias Gerais Extraordinárias.

Lisboa, 23 de outubro de 2018.

O Presidente da Mesa Coordenadora dos Órgãos Deliberativos Centrais

a) Joaquim José Mendes Dias



RUI SANTOS ALVES

O ponto de partida para este novo figurino sindical assenta, no essencial, na intenção de congregar os Sindicatos integrantes da Febase

## A decisão

Os(as) associados(as) do SBSI vão ser chamados, no próximo dia 27 de novembro, a pronunciar-se sobre duas importantes questões para o futuro do SBSI: o alargamento do âmbito geográfico a todo o território nacional e o alargamento do âmbito profissional, de modo a poder admitir no seu seio trabalhadores de outras áreas do sistema financeiro — individualmente ou em grupo —, designadamente trabalhadores dos seguros, consultoria e tecnologias de informação, na forma jurídica que venha a revelar-se como a mais adequada (fusão ou outra forma de integração). Como já foi repetidamente salientado, o ponto de partida para este novo figurino sindical assenta, no essencial, na intenção de congregar os Sindicatos integrantes da Febase.

**Trata-se de uma decisão estruturante para o SBSI, pelo que todos devem estar cientes da sua importância e habilitados a tomar uma decisão consciente e responsável.**

Convirá, todavia, recordar aos mais “esquecidos” que estes objetivos constavam do programa de ação com que esta Direção se apresentou às eleições para o mandato 2015/2019 e que mereceu a esmagadora aprovação dos sócios. Dir-se-ia, mesmo, que era o objetivo mais desafiante e relevante para este mandato, visando juntar sinergias para enfrentar a nova realidade das relações de trabalho.

Naturalmente que nem todos partilharão destes objetivos, mas o exercício da democracia é assim mesmo, isto é, permitir que cada um expresse a sua vontade, de forma livre e ponderada, na Assembleia Geral do próximo dia 27 de novembro. Argumentarão, os mais céticos, que não estão suficientemente esclarecidos, que é necessário estudos e mais estudos para avaliar o impacto desta nova estrutura, nomeadamente ao nível das realidades patrimoniais e financeiras e, também, no que ao SAMS respeita. Toda a argumentação é legítima desde que revista uma forma séria e construtiva e que, acima de tudo, não procure confundir e atemorizar os associados.

A este propósito, reafirma-se que o SAMS continuará a ser dos bancários e para os bancários, o que significa que qualquer hipotética abertura a outros trabalhadores integrantes deste novo projeto sindical só seria possível se houvesse lugar ao pagamento das respetivas contribuições por parte de empregadores e trabalhadores. Quanto às questões patrimoniais e financeiras, serão, no tempo devido, acauteladas, em função do modelo jurídico que vier a ser adotado.

Nunca é demais evidenciar que aquilo que vai estar em causa, no dia 27 de novembro é, tão-somente, obter a concordância — ou não — do alargamento dos âmbitos geográfico e profissional do SBSI, o que implica, em caso de aprovação, a sua validação em futuro Congresso do Sindicato. Realizaremos, em consequência, eleições para os órgãos do SBSI no prazo estabelecido estatutariamente, ou seja, em abril de 2019, e teremos Congresso, como habitualmente, cerca de seis meses depois.

Em conclusão, a eventual implementação deste novo modelo de organização sindical só ocorrerá em 2020. Temos consciência de que não vai ser tarefa fácil, porque ninguém gosta de achar que vai ver o seu poder afetado, ninguém gosta de perder “a sua quinta”. Com persistência, saberemos contornar os obstáculos que nos irão aparecer.

**Formulo votos para que o período que antecede o referendo de 27 de novembro decorra com elevação, respeito e, acima de tudo, que não se enverede pelo caminho da inverdade e/ou das meias verdades.**

**Os associados merecem de todos nós, independentemente da opção de cada um, transparência e rigor na defesa dos nossos ideais. ■**

## ÍNDICE

### Dossiê | O emprego depois da crise

A bonança depois da tempestade | 5

A importância da concertação social | 7

Valorizar o tripartismo em Portugal | 8

A indústria 4.0 como novo desafio ao sindicalismo | 9

### Sindical

Conselheiros aprovam alteração do regulamento das Assembleias Gerais | 10

Rui Riso explica a razão da Assembleia Geral | 12

SAMS só abrangerá quem presta contribuições | 14

Voto eletrónico e por correspondência | 15

Tribunal dá razão aos Sindicatos no cálculo das reformas | 16

Revisão salarial do ACT: Febase vai recorrer à conciliação | 17

Mudança em estudo no IFAP | 17

### SAMS

Amadora: Uma nova clínica para servir mais e melhor | 18

As especialidades e exames ao dispor | 18

### Tempos livres

Karting: José Feliciano revalida título | 20

Réveillon. Venha mudar de ano com o SBSI! | 21

Passeio fluvial: Por este Tejo acima | 21

### Passatempos | 22

#### FICHA TÉCNICA

Propriedade: Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas - NIF 500 825 556

**Correio eletrónico:** [direccao@sbsi.pt](mailto:direccao@sbsi.pt)

**Diretor:** Rui Riso

**Diretor-adjunto:** Rui Santos Alves

**Conselho editorial:** Rui Riso, João Ferreira, António Fonseca e Rui Santos Alves

**Editor:** Elsa Andrade

**Redação, Edição e Produção:**

Rua de São José, 131 - 1169-046 Lisboa

Tels.: 213 216 0 90/062 - Fax: 213 216 180

**Correio eletrónico:** [obancario@sbsi.pt](mailto:obancario@sbsi.pt)

**Grafismo:** Ricardo Nogueira

**Pré-impressão e Impressão:** Xis e érrre, [xer@netcabo.pt](mailto:xer@netcabo.pt)

Rua José Afonso, 1, 2.º - Dto. - 2810-237 Laranjeiro

**Revisão:** António Costa

**Tiragem:** 39.548 Exemplares (sendo 4.548 enviados por correio eletrónico)

**Periodicidade:** Mensal

**Depósito legal:** 310954/10

**Registado na ERC:** n.º 109.009

#### Estatuto Editorial

Consultável através do endereço:

[https://www.sbsi.pt/atividadesindical/informacao/publicacoes/Pages/estatutoeditorial\\_bancario.aspx](https://www.sbsi.pt/atividadesindical/informacao/publicacoes/Pages/estatutoeditorial_bancario.aspx)

A publicidade publicada e/ou inserida em O Bancário é da total responsabilidade dos anunciantes

## Grande angular



### Mais de um milhão de trabalhadores são pobres

A Rede Europeia Anti-Pobreza alertou para mais de 1,1 milhões de portugueses que têm trabalho, mas são pobres, apontando que um emprego não basta e que é preciso uma aposta na educação e em melhores qualificações.

Em entrevista à agência Lusa, por ocasião do Dia Internacional de Erradicação da Pobreza, o presidente da EAPN Portugal adiantou que um trabalho digno é o tema que a ONG escolheu para chamar a atenção para a data.

O responsável sublinhou que “não basta ter um qualquer dinheiro para ter uma vida adequada à dignidade humana, é preciso ter um rendimento adequado, que possibilite satisfazer as necessidades familiares”.

Por outro lado, salientou que há muita gente que tem dificuldade em aceder a empregos mais bem pagos porque lhes falta as qualificações necessárias.

Nesse sentido, defendeu que falar da necessidade de um trabalho digno implica também uma política de formação em educação, sobretudo pensada nos mais novos, “para que eles não fiquem fora do emprego qualificado”. ■



O Jornal Económico

### Bancos estão a apertar critérios no crédito às famílias

Numa altura em que o crédito à habitação está a dar fortes sinais de recuperação e a procura de crédito ao consumo está em níveis recorde, os bancos estão a apertar os critérios de concessão de crédito à habitação e ao consumo. A atuação mais restritiva das instituições financeiras surge após a entrada em vigor, em julho, das novas regras para o crédito. Ainda assim, os spreads permaneceram praticamente inalterados para a generalidade dos bancos.

A concessão mais restrita do crédito a particulares nestes dois segmentos, no terceiro trimestre deste ano, é manifestada pela maioria dos bancos que responderam ao Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito, que é conduzido pelo Banco de Portugal (BdP) todos os trimestres. Neste inquérito, os bancos sinalizam para os últimos três meses de 2018, a generalidade das instituições inquiridas não antecipa alterações nos critérios de concessão de crédito a empresas, com a exceção de um banco que considera que os critérios se tornarão ligeiramente menos restritivos nos empréstimos a PME.

De acordo com este inquérito, no segmento do crédito a particulares para habitação, quatro instituições indicaram que no terceiro trimestre “tornaram os critérios de concessão ligeiramente mais restritivos”, tendo referido que o fator que contribuiu para a maior restritividade dos critérios foi o cumprimento da medida macroprudencial aplicada pelo Banco de Portugal aos novos créditos para habitação e consumo. Recorde-se que esta medida é composta por um conjunto de quatro recomendações do regulador que impôs limites que devem ser seguidos pelas instituições financeiras.

Ainda assim, o inquérito do BdP revela que uma instituição indicou que as pressões exercidas pela concorrência de outras instituições bancárias, bem como o custo de financiamento e restrições de balanço, contribuíram ligeiramente para tornar os critérios aplicados a empréstimos para aquisição de habitação menos restritivos. ■



# A bonança depois da tempestade



O seminário organizado pelo SBSI, em parceria com a UGT e o CEFOSAP, abordou a temática do emprego depois da crise, tendo contado com intervenientes portugueses e estrangeiros. Na primeira parte deste dossiê, focamo-nos na intervenção do Secretário de Estado do Emprego, Miguel Cabrita, e num debate sobre a importância do tripartismo. No final, as opiniões foram unânimes: estamos hoje melhor do que há dez anos, mas os desafios são ainda muitos

O seminário internacional “O emprego depois da crise” realizou-se no dia 25 de setembro, no auditório 2 da UGT, na Ameixoeira. O programa contou com intervenções de Miguel Cabrita, Secretário de Estado do Emprego, que abordou o estado do emprego em Portugal. A importância do tripartismo foi debatida numa mesa redonda com o secretário-geral da UGT, Carlos Silva, e Jorge Gaspar, ex-presidente do ISEP e coordenador no ISEC. Rui Riso moderou o debate.

Na sessão de abertura, o presidente do SBSI referiu que cabe aos portugueses “mostrar o que os sindicatos sempre afirmaram: a austeridade não

era solução. O que Portugal tem vindo a demonstrar é que fugir da austeridade é o caminho”.

## Contexto

Miguel Cabrita dividiu a sua intervenção em duas partes: a primeira sobre o período crítico da crise de 2008 que deu origem ao resgate financeiro de 2011 e outra onde abordou a recuperação económica do País desde 2015.

Para o secretário de Estado do Emprego, é preciso perceber o contexto que levou à crise. “Os países do sul da Europa, como Portugal, viveram

processos de modernização económica e social muito mais tardios do que os países do norte e do centro. No caso português, só a partir dos anos 60 e 70 é que se conheceu um processo de abertura económica e de desenvolvimento, com a democratização do País e com a perspectiva de entrada para a então Comunidade Económica Europeia”.

Miguel Cabrita referiu que este pormenor significou um desenvolvimento tardio mas também mais acelerado, em condições económicas e políticas mais difíceis. “O contexto ideológico mudou significativamente, provocando a erosão de algum do consenso que tinha existido em décadas anteriores.” ▶



## Herança

- No entendimento de Miguel Cabrita, Portugal viveu um conjunto de debilidades herdadas não apenas do longo período ditatorial mas também de traços pré-existentis na sociedade. Desde logo, a precariedade e as desigualdades salariais, geracionais e territoriais, ainda visíveis nos dias de hoje, associadas às características próprias do País no que diz respeito ao baixo associativismo e à fraca adesão a estruturas de representação. “Temos ainda mais de um terço dos jovens ativos que não concluiu sequer o ensino secundário, uma participação em aprendizagem ao longo da vida que é inferior à média europeia e indicadores que são preocupantes. Dos contratos, 22% são não permanentes, enquanto a média europeia é de 14%. No setor privado, um em cada três contratos são não permanentes. Isto dá ideia da dificuldade que temos para ter um mercado de trabalho com uma regulação com qualidade e cria-nos pressões acrescidas do ponto de vista dos sistemas de proteção social”.

## Precariedade

Para o governante, a década iniciada em 2010 caminha para ter duas partes distintas: uma primeira metade marcada por uma crise arrasadora,

com consequências muito profundas e devastadoras, e uma segunda metade, situada a partir de 2015, em que há um ponto de viragem e uma melhoria de todos os indicadores económicos e sociais.

Miguel Cabrita deu o exemplo da taxa de desemprego, que era de 4% em 2001 e passou para o dobro em 2008 e para 17% em 2013. “Tínhamos um contexto extremamente complexo e difícil, nem tudo explicado pela crise, mas foi esta e todo o contexto de resgate que se seguiu e as políticas duríssimas que foram implementadas que conduziram a uma degradação muito rápida e profunda. As questões da precariedade e da segmentação tornaram-se ainda mais prementes, houve um claro ajustamento salarial em baixa, questões fiscais que se refletiam sobre o rendimento, um enorme crescimento do número de inativos e os fluxos massivos de imigração”, referiu.

## Degradação

A trajetória de intervenção externa da troika e das políticas que lhe estiveram associadas deixou marcas muito concretas no mercado de trabalho português. “Houve uma enorme pressão entre 2011 e 2015 para alterações legislativas de modo a flexibilizar ainda mais o mercado de trabalho, reduzir a dimensão da negociação coletiva e privi-

legiar a dimensão da negociação individual. Tudo isto além do contexto económico e social, com total ausência de confiança por parte das famílias e das empresas”.

O secretário de Estado explicou que, em 2008, mesmo antes da crise, 1,8 milhões de trabalhadores eram abrangidos por instrumentos de regulação coletiva de trabalho, um número que diminuiu para 1,2 milhões em 2011 e para abaixo dos 500 mil em 2015.

Um aspeto referido por Miguel Cabrita está relacionado com a erosão dos serviços públicos. “Foram sujeitos a uma enorme pressão para o emagrecimento, para o controlo de custos. Isto tem consequências do ponto de vista da prestação de serviço público e da própria imagem perante a sociedade, o que alimenta também a pressão para a privatização. Um dos alvos dessa pressão para a contenção de custos e para a poupança foram os salários dos trabalhadores do Estado, objeto de fortíssimas restrições ao longo deste período”.

## Ponto de viragem

Segundo Miguel Cabrita, há uma mudança de contexto muito rápida e transversal a partir de 2015, explicada por vários aspetos:

“Um contexto internacional relativamente favorável e opções concretas de política pública que





foram absolutamente determinantes; uma política de recuperação dos rendimentos das pessoas, com o aumento faseado do salário mínimo, algo que temos vindo a fazer todos os anos, sempre que possível com um acordo de concertação social; mudanças fiscais na lógica de recuperação do rendimento acabando com a sobretaxa do IRS e com a contribuição extraordinária sobre as pensões. Todos os agravamentos fiscais e para-fiscais que existiam sobre o rendimento foram terminados; lançamento de uma aposta muito clara na tentativa de recapitalizar as empresas e de sanear o sistema financeiro, e uma aposta no relançamento da confiança das empresas e dos trabalhadores”.

### Mais e melhor emprego

Miguel Cabrita explicou que o crescimento do emprego tem sido fundamentalmente ancorado em contratos sem termo. “Há uma pressão cada vez maior para que haja contratos sem termo, porque a estabilidade é importante para as pessoas e um trunfo para reter as pessoas nas empresas. O trabalho a tempo parcial, os chamados recibos verdes e o trabalho familiar não remunerado têm vindo a diminuir e, portanto, há um movimento geral em Portugal para crescimento do emprego com mais qualidade”.

O secretário de Estado fez também referência ao aumento do salário mínimo e dos salários na negociação coletiva, o mais elevado registado nos últimos 10 anos, sem esquecer a evolução das contribuições para a Segurança Social, que subiu acima dos 7% até agosto deste ano.

### Rumo

Na sua intervenção, Miguel Cabrita não deixou de enfatizar as opções políticas tomadas desde 2015. “Uma aposta muito clara na reposição de rendimentos e na melhoria das condições eco-

nómicas em Portugal para as famílias e para o tecido empresarial; toda a mudança na regulação do mercado de trabalho, em que foi seguida uma estratégia gradual de discussão e de diálogo social e que culminou no acordo de concertação; a aposta na qualificação, em particular dos adultos, e no combate ao abandono escolar; a aposta nos setores mais dinâmicos do sistema empresarial e na inovação e a aposta no diálogo social e na negociação coletiva, com o flexibilizar das portarias de extensão e com a capacidade que houve para com sindicatos e empregadores de ter um período de pausa nas questões da caducidade”. ■

## A importância da concertação social



A finalizar, o secretário de Estado do Emprego revelou a importância de chegar a acordos por via da concertação social entre todos os parceiros. “O sinal que damos à sociedade portuguesa e para os outros países de que é possível conseguir um acordo de banda larga na concertação social centrado em dois temas fundamentais, precaridade e negociação coletiva, é um sinal da maior importância. Valorizamos muito este acordo porque foi o final de um longo processo de reflexão, de diálogo, de avaliação conjunta e valorizamo-lo pelo resultado que teve na substância das medidas que foi possível acordar”.

# Valorizar o tripartismo em Portugal

Falar de emprego implica necessariamente estudar a relação entre os parceiros sociais. A chegada a um entendimento em sede de concertação social é um importante sinal de coesão para um país. Neste contexto, o tripartismo assumiu especial relevância neste seminário, com um debate entre Carlos Silva, secretário-geral da UGT, e Jorge Gaspar, ex-presidente do IEFP

Assumindo a moderação do debate, Rui Riso referiu que o tripartismo é bastante valorizado em Portugal, tendo sido o tema que marcou a conferência anual da Organização Internacional do Trabalho (OIT). “Os direitos dos trabalhadores são direitos humanos”, frisou.

Carlos Silva foi o primeiro a intervir, referindo que a UGT foi e é uma grande lutadora e defensora do diálogo social tripartido, tendo feito referência à Conferência Internacional do Trabalho da OIT. “Este ano calhou à UGT representar os trabalhadores portugueses, no centésimo aniversário calha à outra central sindical. Diria que parece um pouco paradoxal que seja uma organização que não defende a concertação social e o diálogo social tripartido, que acha que a concertação social em Portugal é só para dar mais regalias e fazer vencimento de todas as pretensões e propostas do patronato”.

Para o secretário-geral, há uma razão muito simples que explica este combate à concertação social. “Não sabem o que é o princípio do compro-

misso. É talvez a maior riqueza que a concertação social tem em todo o mundo, sobretudo no mundo democrático”, explicou.

## Diálogo

Para a UGT, tal como para a generalidade do movimento sindical europeu, “é preferível privilegiar a paz social, a negociação e o diálogo sem prescindir de, em determinados momentos de intransigência, termos 10 ou 20 mil trabalhadores na rua. Isto não significa que quando se vem para a rua que se seja um inimigo da concertação social e do diálogo social tripartido.”

O sindicalista deu o exemplo do setor bancário. “Ainda não tivemos nenhuma manifestação do setor financeiro mas há muito que os nossos sindicatos têm muitas dificuldades em conseguir um acordo para uma valorização remuneratória dos bancários em Portugal. Quando a CGD, que é o maior banco português, tutelado a 100% pelo Estado, terminou um compromisso entre patrões

e sindicatos de não fazer cair as convenções coletivas, (...) fazendo naturalmente perigar os direitos e os deveres de todos, mas sobretudo dos trabalhadores, o SBSI, com os outros sindicatos da UGT, teve uma posição pró-ativa, de negociação. É esse o princípio do diálogo”, referiu.

## Devagar para chegar longe

Carlos Silva explicou que a melhor defesa para servir os trabalhadores passa por dar pequenos passos que garantam a estabilização das relações laborais. “Nos últimos três anos verificámos uma inversão no nosso País desde a Revolução de 1974. Alguns dos partidos políticos que apoiam o Governo sempre defenderam que devia ser a concertação social a resolver os problemas dos trabalhadores. Como pela primeira vez PCP e BE apoiam um Governo do PS e acham que têm alguma capacidade para fazer passar na AR um conjunto de propostas, então retiraram aquilo que defenderam durante 40 anos, que era primeiro a concertação social, depois o Parlamento”.

## Geoestratégia

O secretário-geral explicou que a UGT posiciona-se tal como o SBSI, dando privilégio ao sul da Europa, uma posição que vai ao encontro dos princípios da OIT e de todos os países e confederações que trabalham com a central no sul da Europa.

“As dificuldades por que muitas vezes passa o diálogo social em Portugal têm a ver com o radicalismo e o sectarismo da outra organização e criou-se um certo ambiente na comunicação social portuguesa que tudo o que a UGT faz e assina







é contra os trabalhadores. Mas a verdade é que depois de os assinarmos e depois das alterações entrarem em vigor então os maiores defensores das alterações já são eles outra vez”.

Carlos Silva realçou ainda a importância de se ter alcançado um acordo de concertação social. “Na nossa opinião é benéfico para os trabalhadores, combate efetivamente uma chaga social dos jovens trabalhadores no nosso País, que é a precariedade. Não podemos deixar cair a favor do sectarismo e a favor de todos aqueles que acham que só com luta, com rua e agitação é que se conseguem melhores condições de trabalho. A UGT já o provou ao longo dos últimos 40 anos, com responsabilidade, com negociação, com diálogo, com o princípio da concertação social”, concluiu.

## Importância

No entendimento de Jorge Gaspar, um dos grandes problemas na concretização do tripartismo em sede de concertação social está na maneira como olhamos para a OIT. “Temos um conjunto de instituições como o FMI, o Banco Mundial ou a Organização Mundial do Comércio que conseguiram ganhar peso político na negociação internacional e faz com que estejam presentes nos grandes fóruns internacionais. A OIT, embora seja mais antiga, perde um pouco o passo internacional, o que significa que hoje temos uma regulamentação internacional para os serviços, capitais e mercadorias que é levada a sério mesmo quando é violada, mas quando se trata dos standards internacionais da OIT, já é tão normal que não levantamos o dedo”.

O ex-presidente do IEPF considera que hoje em dia existe tripartismo graças à União Europeia.

“Se não tivéssemos União Europeia não tínhamos tripartismo, porque não tínhamos Estado Social, que é um elemento fundamental do tripartismo.”

## Autonomia

Jorge Gaspar refere que o Código do Trabalho regulamenta demasiado as relações de trabalho, deixando pouco espaço para a negociação e para a concertação. “Valorizamos do ponto de vista político especulativo a concertação social mas, fruto de termos assistido a uma parlamentarização do sistema político, não criámos as condições para que aquilo que fique acordado em sede de concertação social seja passado a lei exatamente de acordo com o que foi acordado. Quando um parceiro social assume a natureza de agente político de concertação, tem de saber que o que acorda é passado à letra da lei, sob pena de o capital de confiança se poder perder”, explicou.

O professor universitário apresentou ainda uma solução para reforçar a autonomia do Conselho Económico e Social (CES), onde se insere a Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS). “Sugiro que a norma relativa ao presidente do CES possa ser alterada, passando a ser nomeado pelo Presidente da República. Isto deslocalizaria o centro político para o presidente, conferindo maior independência e autonomia ao órgão de topo dentro do qual se passa o exercício concreto do tripartismo e da concertação social”.

## Novas agendas

Para Jorge Gaspar, o salto de uma negociação distributiva para uma negociação por integração é um dos pilares fundamentais do tripartismo.

“Numa negociação distributiva cada um leva o seu caderno de encargos e se achar que essa valorização foi ao ponto de poder merecer a sua assinatura, assina. Mas não há a construção de nada de novo. Esta negociação distributiva leva a que haja ganhadores e perdedores. Mas a partir do momento em que nos sentamos à mesma mesa passamos a ter que ter a capacidade de construir uma agenda nova, que resulte de um equilíbrio entre os cadernos reivindicativos de cada um dos parceiros”.

O professor universitário alertou ainda para o perigo de aparecimento de novas crises. “As crises são cíclicas. Mais cedo ou mais tarde vamos ter outra e é exatamente nesta lógica contracíclica que o tripartismo também tem de trabalhar com equilíbrio, moderação e bom senso, percebendo que não é de uma só vez que conquistamos todos os ganhos de causa, porque isso pode por em causa exatamente o adquirido anteriormente”, concluiu. ■

## A indústria 4.0 como novo desafio ao sindicalismo

Jorge Gaspar falou num desafio muito importante para o mundo sindical: a robotização. “A União Europeia já discute a personalidade jurídico-informática do robot no espaço laboral. Um robot, num espaço de poucos anos, vai ser um centro de imputação jurídica, vai passar a ser responsável perante uma entidade patronal e perante os colegas. Mas os robots não votam, portanto não vão ser os governos a colocar isso na primeira linha das preocupações. A UGT tem aqui um papel muito importante”.

# Conselheiros aprovam alteração do



Numa importante decisão a tomar sobre o regulamento das assembleias gerais, os conselheiros aprovaram, por uma larga maioria, a proposta apresentada pela Mecodec. Na mesma sessão foi ainda feito o ponto de situação relativamente à negociação coletiva e à constituição do sindicato de âmbito nacional

O Conselho Geral do SBSI, com carácter extraordinário, realizou-se no dia 9 de outubro, na sede da UGT, na Ameixoeira, tendo como ponto único da Ordem de Trabalhos a deliberação de uma proposta apresentada pela Mecodec para atualização do regulamento das assembleias

## Recusa de aumentos diferentes para ativos e reformados Moção mereceu unanimidade

No Conselho Geral deu ainda entrada uma moção apresentada pelo conselheiro Delmiro Carreira, ele que também fez uma intervenção para alertar sobre as discrepâncias que podem surgir entre os trabalhadores reformados e os ativos no que diz respeito a aumentos nas tabelas.

O documento propôs que o Conselho Geral deliberasse “apoiar firmemente a posição da Febase constante do seu último comunicado, nomeadamente a rejeição da argumentação patronal e suas consequências no que respeita aos reformados e pensionistas que, a ser aceite, levaria a aumento diferente para reformados e ativos”.

A moção foi aprovada por unanimidade.





# regulamento das Assembleias Gerais



gerais extraordinárias, em vários pontos distintos.

Antes da entrada na Ordem de Trabalhos, cumpriu-se um minuto de silêncio em memória de Fernando Duarte, colega do Banco de Portugal falecido recentemente.

## Agilizar processos

Perante 87 conselheiros, a proposta foi explicada pelo presidente da Mecodec. Joaquim Mendes Dias referiu que no atual regulamento das assembleias gerais não está devidamente estruturada e contemplada a questão das assembleias gerais extraordinárias, nomeadamente na mesma forma das eleitorais no que diz respeito ao funcionamento e organização.

O presidente da Mecodec referiu que um dos objetivos passa por retirar o apuramento por Secção Sindical, seja Regional ou de Empresa.

De entre os pontos a alterar constavam ainda os prazos para as convocatórias das assembleias gerais extraordinárias, bem como o tempo dado aos sócios para se pronunciarem.

“Esta alteração permitir-nos-á, quer para as próximas assembleias gerais quer para o futuro, ter um regulamento mais ágil e mais moderno e com uma capacidade de intervenção dos sócios muito mais apta e disponível”, referiu Joaquim Mendes Dias.

## Larga maioria

Os conselheiros Vítor António e João Pascoal apresentaram uma proposta de alteração do número de associados necessários para a convocação de uma assembleia geral, que na hora da votação foi rejeitada por uma larga maioria, com 12 votos a favor e três abstenções.

Já os pontos apresentados pela Mecodec mereceram a confiança de uma larga maioria dos conselheiros presentes, à exceção de 11 que votaram contra e de um que se absteve.



## Sindicato nacional

No ponto fora da Ordem de Trabalhos, Rui Riso deu conta do processo de constituição do sindicato de âmbito nacional, referindo que a consulta aos sócios será feita no dia 27 de novembro e esclarecendo as dúvidas levantadas pelos conselheiros que usaram da palavra.

Também Paulo Alexandre falou sobre o processo de revisão salarial do ACT, referindo que a postura das entidades patronais é do conhecimento público, estando os Sindicatos a avaliar os próximos passos a seguir. O responsável pelo Pelouro da Contratação referiu ainda o ponto de situação no que diz respeito aos casos do Millennium bcp, do Eurobic, da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo e do IFAP. ■





Rui Riso explica razão da Assembleia Geral

## “A decisão é dos sócios”

Os sócios vão ser chamados a pronunciarem-se sobre a integração do SBSI num sindicato de âmbito nacional e cuja base é alargada a mais áreas profissionais do setor financeiro. A Assembleia Geral realiza-se no dia 27 de novembro, através do voto eletrónico e por correspondência. Rui Riso recorda as vantagens de os Sindicatos da Febase se unirem numa única organização sindical

**P – O que se pretende exatamente com esta Assembleia Geral?**

R – O objetivo é perguntar aos nossos sócios se concordam com a transformação do Sindicato numa nova organização, de âmbito nacional e com um âmbito profissional também alargado.

**P – Um único sindicato abrangendo todo o País?**

R – Sim. Hoje somos o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas. No futuro, as organizações que

fizerem parte deste grupo serão um sindicato de âmbito nacional e com outras áreas profissionais do setor financeiro agregadas, ou pelo menos disponíveis para serem agregadas.

**P – O que significa um âmbito profissional mais alargado?**

R – A Febase é composta por Sindicatos das áreas da banca e dos seguros, mas existem outras profissões que convivem diariamente connosco e trabalham objetivamente para a banca, nomeada-

mente as consultorias e as tecnologias de informação. São áreas tradicionalmente muito ligadas à banca e que não têm sindicatos específicos – porque algumas dessas profissões estão agregadas em ordens profissionais ou em sindicatos não ligados a setores mas às profissões propriamente ditas –, e achamos possível e nosso dever permitir que esses trabalhadores, a laborar connosco no mesmo edifício, possam ser sócios do nosso sindicato.

A banca presta cada vez mais serviços com menos bancários da forma tradicional, mas com



mais consultores, mais juristas, mais especialistas em tecnologias de informação. Na prática todos eles são bancários, pois concorrem para o produto bancário, e no entanto não estão abrangidos pelas regras dos bancários. É fundamental incluí-los, mas só poderemos fazê-lo de uma forma sólida se alargarmos o âmbito profissional. E se quisermos abranger também outros vínculos contratuais temos de ir mais além.

#### **P – Isso já é possível no SBSI.**

R – É verdade, os Estatutos do SBSI já permitem fazer sindicalização nesses grupos profissionais. Mas a nossa etimologia é ser um sindicato de bancários e de uma determinada região do País. Não nos consideramos exatamente um sindicato regional, mas o espaço nacional é partilhado com os Sindicatos dos Bancários do Centro e do Norte, embora o que para nós está em causa são os direitos dos trabalhadores e não questões dessa natureza.

O que está na génese deste projeto é constituir um sindicato nacional que abranja outras profissões que laboram connosco diariamente e contribuem também para o desenvolvimento do setor financeiro, seja bancário ou de seguros. Consideramos que esses trabalhadores devem ter a proteção da nossa contratação coletiva, passando a ser abrangidos por ela.

### **Reforço negocial**

#### **P – Será um reforço para a negociação coletiva?**

R – Sim, reforçaremos o poder na negociação coletiva por esta via. A Febase cumpriu um papel importantíssimo na contratação coletiva, mas entendemos que um só sindicato terá mais força, porque é mais abrangente e incluirá outros universos do setor financeiro. É mais útil ter um só sindicato a negociar para todo o território nacional do que ter vários sindicatos, porque independentemente da Febase, todos sabemos que as particularidades de um ou de outro por vezes fazem divergir opiniões.

Por outro lado, há uma questão evidente: a existência de menos bancários e esta dispersão geográfica de recursos humanos e de meios materiais retira agilidade à nossa ação.

#### **P – O sindicato nacional permitirá racionalizar recursos?**

R – Permitirá uma gestão de recursos mais sã. Os recursos que nos são confiados devem ser usados da maneira mais correta possível, como procuramos fazer no dia-a-dia. Mas conseguiremos

fazer muito mais estando concentrados, tendo uma estratégia que vise o território nacional. E não se trata de concentrar tudo em Lisboa: a secção X pode trabalhar em Lisboa, a Y em Coimbra, a Z no Porto, a W no Algarve... Hoje os meios permitem isso.

A uniformização quer dos direitos quer dos benefícios será alcançada para todo o território nacional, não há razão para existirem diferenças entre os bancários do norte, do centro e do sul. Pela primeira vez sindicatos com esta dimensão vão juntar-se, num processo complexo que só vale a pena encetar depois de sabermos se os sócios querem – e não antes. Lembremo-nos do caso do Santander Totta, com muito mais meios que nós: para fazer a integração do Banif e do Banco Popular demorou cerca de um ano para cada um.

### **Resultado vinculativo**

#### **P – O resultado da Assembleia Geral é vinculativo?**

R – Manda o bom senso que o resultado da Assembleia Geral seja vinculativo. Se os nossos sócios disserem “sim” ou “não” ao projeto, naturalmente todo o desenvolvimento seguinte será em função dessa resposta. A decisão é dos sócios.

Todos podem ter uma certeza: o futuro do SBSI será feito em função da sua resposta. A democracia tem essa regra, aceitarmos a vontade da maioria e os resultados da Assembleia Geral. Por isso sim, o resultado é vinculativo.

Ao longo dos anos escrevemos imensas páginas acerca do sindicato nacional, demos todos os esclarecimentos necessários. E pensamos que, de uma maneira geral, os nossos associados vão abraçar este projeto.

**“Em democracia, a primeira regra é fazer uma pergunta suficientemente ampla para que cada um decida em consciência e não para influenciá-los a tomar uma determinada decisão”**

#### **P – A pergunta que será colocada aos sócios dos cinco Sindicatos não é a mesma. Por que se optou por perguntas diferentes para o mesmo objetivo?**

R – Também é possível haver perguntas iguais. Gostaríamos que houvesse uma só pergunta e que servisse a todos, mas poderá haver perguntas diferentes, por compromissos anteriores e por aquilo que um sindicato entende dever questionar ao seu universo.

## **A pergunta**

A pergunta que será colocada aos sócios na Assembleia Geral de 27 de novembro é esta:

“Concorda com o alargamento do âmbito geográfico do Sindicato, de modo a passar a abranger todo o território nacional, bem como com o alargamento do âmbito profissional do Sindicato no sentido de passar a incluir outros indivíduos ou grupos/associações que exercem funções no setor financeiro, na forma jurídica que venha a revelar-se como a mais adequada, fusão ou outra forma de integração?”

Em democracia, a primeira regra é fazer uma pergunta suficientemente ampla para que cada um decida em consciência e não para influenciá-los a tomar uma determinada decisão.

#### **P – Qual é a pergunta que o SBSI vai colocar aos sócios?**

R – Vai ser esta: “Concorda com o alargamento do âmbito geográfico do Sindicato, de modo a passar a abranger todo o território nacional, bem como com o alargamento do âmbito profissional do Sindicato no sentido de passar a incluir outros indivíduos ou grupos/associações que exercem funções no setor financeiro, na forma jurídica que venha a revelar-se como a mais adequada, fusão ou outra forma de integração?”

### **Processo longo**

#### **P – A Assembleia Geral é o culminar de um longo processo...**

R – É verdade. A vontade de unificar os sindicatos do setor financeiro é um desejo com décadas, mas por vicissitudes várias nem sempre foi possível manter o ritmo desejado. Até chegarmos aqui houve muitos pontos mortos, mas que serviram para reflexão.

#### **P – Também houve alguns recuos...**

R – Naturalmente. Por vezes é preciso dar um passo atrás para avançar dois. Os temas eram (e são) de grande complexidade, sendo o primeiro saber como iria funcionar a futura organização – e para isso era necessário termos uns estatutos.

Os estatutos foram feitos por uma comissão, composta por pessoas de todos os Sindicatos indicadas pelas Direções e representando as tendências político-sindical em exercício. Podiam ser pessoas que estivessem ou não em funções. Cada um escolheu quem considerou que poderia ►

► dar um maior contributo aos estatutos. No SBSI, a Direção consultou as tendências, que indicaram os seus representantes.

A Comissão dos Estatutos levou o seu tempo a elaborar o documento, acolhendo a vontade de cada um dos cinco Sindicatos e respeitando a representatividade. O documento foi dado por finalizado e entregue com ainda duas ou três questões em aberto, entre elas a definição do nome.

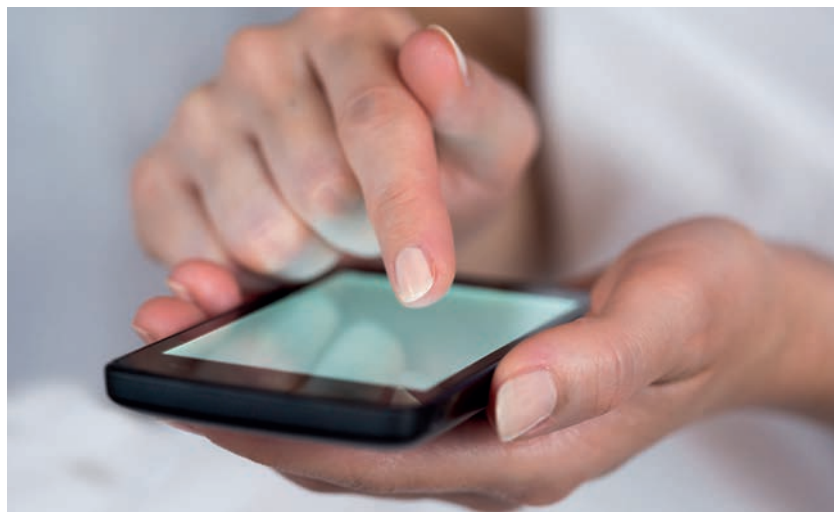
## P – Foi fácil chegar a acordo?

R – Não, e estão aí as pessoas da Comissão dos Estatutos para concluir isso. Houve muito debate para se chegar ao fim do documento. Ainda assim, depois de o documento ser dado por concluído pela Comissão, ainda houve acertos, solicitados mais tarde. Não fazia parte do plano, mas foram feitas novas retificações para que o documento refletisse a vontade de todos. E mais uma vez as Direções dos Sindicatos foram chamadas a pronunciarem-se.

## Entra quem pode

### P – E depois dos estatutos concluídos?

R – Só conseguimos fazer o processo andar se houver pessoas dispostas a isso. Numa determinada altura, a Comissão dos Estatutos questionou as Direções dos Sindicatos sobre uma questão de alguma complexidade: se quando chegasse o momento de unificar os Sindicatos, algum não quisesse ou não pudesse fazê-lo naquele momento, o que aconteceria?



Todas as Direções decidiram — e responderam à Comissão — que se houver um Sindicato sem mandato dos sócios, fica de fora e os restantes formarão a base da nova organização.

**“Os sindicatos não podem extinguir-se. Se um sindicato for extinto, todo o seu património reverte para o Estado”**

No SBSI temos este compromisso com os nossos associados e queremos cumpri-lo. Não por ser neste mandato ou noutro, mas porque achamos que o projeto está suficientemente maduro e por isso vamos submetê-lo a consulta.

### P – Ainda há questões práticas a resolver?

R – Existem ainda preceitos legais que nos obrigam a ser muito cuidadosos relativamente à forma como será feita a nova organização. Desde sempre defendemos a fusão dos Sindicatos e ainda estamos a avaliá-la, porque a legislação evolui e o que não é possível num momento pode ser possível mais tarde, ou o contrário. Um desses preceitos, que creio que se manterá, é este: os sindicatos não podem extinguir-se. Se um sindicato for extinto, ainda que apenas por segundos, todo o seu património reverte para o Estado — e depois não há forma de esse património fazer parte de uma outra organização. Por isso é preciso muita atenção às figuras jurídicas desta área, e sobretudo utilizarmos a ferramenta adequada para o que se quer fazer. ■

## SAMS só abrangerá quem presta contribuições

### P – No caso da agregação dos Sindicatos, o SAMS será partilhado por todos os sócios?

R – Podemos partilhar o SAMS com todos desde que haja contribuições exatamente no mesmo regime de quem hoje tem SAMS: com contribuições obrigatórias dos trabalhadores e das entidades patronais, resultantes da contratação coletiva.

Ao subscreverem a convenção coletiva, as empresas ficam obrigadas a essa participação no SAMS — e aí os seus trabalhadores passam a ser beneficiários do SAMS, em pé de igualdade.

No entanto, a adesão terá sempre de resultar da negociação coletiva e de protocolos assinados, e sempre para a totalidade dos trabalhadores. Não fazemos acordos parcelares. Imaginemos uma empresa que quer dar a um grupo de trabalhado-



res o benefício da adesão ao SAMS: não é possível, porque se fossem aceites grupos colocar-se-ia em causa a solidariedade e a transversalidade do sistema.

Mas se houver uma empresa do setor financeiro que queira subscrever o ACT ou fazer um protocolo no sentido de ter SAMS pode fazê-lo, desde que haja contribuições exatamente em linha com o que existe. Aliás, é o que está a acontecer com os novos bancos a instalar-se em Portugal, subscrevendo o ACT para que os seus trabalhadores possam ser protegidos na área da saúde pelo SAMS.

Este é um trabalho a fazer todos os dias, mas que fique claro que só há benefícios se houver contribuições exatamente na mesma medida que existe para os atuais. ■





## Voto eletrónico e por correspondência

**P – Em que moldes vai funcionar a Assembleia Geral?**

R – A experiência das assembleias gerais eleitorais – e em abril de 2019 teremos outra para eleger os Corpos Gerentes do SBSI – prova-nos que os meios eletrónicos são cada vez mais utilizados pelos nossos associados.

Assim, entendemos ter chegado a ocasião de privilegiar em absoluto os meios eletrónicos mesmo a votação presencial será feita numa cabine de voto eletrónico e não em papel. No entanto, não colocamos de parte a votação por correspondência para quem o solicitar.

**P – Para agilizar a votação?**

R – Exato. Vai ser enviada a todos os eleitores uma palavra passe (password). No caso do voto por correspondência, o material tem de ser solicitado com antecedência, até 2 de novembro.

Nos restantes casos, os sócios podem votar eletronicamente, através dos telemóveis ou, se não quiserem ou se o telemóvel não tiver essa funcionalidade, podem recorrer a um computador da empresa ou doméstico, acedendo de acordo com as regras que vão ser divulgadas.

Sem desprezar todas as votações que ocorreram anteriormente, já ficou demonstrada a segurança do método eletrónico. Aliás, fomos alvo de alguns processos em tribunal que punham em causa a votação eletrónica, e sucessivamente os tribunais, nomeadamente no último processo, deram-nos razão: não houve violação nem da privacidade nem dos dados durante todo o processo eletrónico.

Hoje podemos dizer com uma segurança muito maior que este meio é provavelmente o mais transparente, seguro e que menos interferência poderá ter de terceiros.

A tecnologia permite maior rapidez na votação e na contagem dos votos. Da última vez tivemos alguns problemas, aos quais fomos alheios, como falha nas comunicações e bloqueios no sistema provocados pela insistência dos eleitores em carregar sucessivamente na tecla “enter” do computador. Esperemos que nada disso aconteça desta vez.

**P – A Assembleia Geral decorre apenas no dia 27 de novembro?**

R – Esta é uma votação simples, de “sim” ou “não”, e entendemos que um dia de votação é su-

ficiente. E se em outros atos eleitorais tivéssemos de adquirir equipamentos, neste momento nem isso consideramos necessário.

**P – Onde os sócios podem votar presencialmente?**

R – Vamos ter mesas eleitorais nas Secções Regionais e, em Lisboa, na sede do Sindicato.

### Sessões de esclarecimento

**P – Estão previstas sessões de esclarecimento até à data da Assembleia?**

R – Nada neste processo é novidade, fez parte da nossa campanha e de tudo o que escrevemos. No entanto, vamos prestar esclarecimentos durante o mês de novembro.

Serão convocadas assembleias, em data a divulgar oportunamente, em todas as Secções Regionais e uma mais alargada em Lisboa – e esperamos que sejam concorridas. O horário será pós-laboral e a Direção e a Mesa estarão presentes para prestar os esclarecimentos necessários, quer sobre a parte operacional quer sobre o conceito. ■



## Tribunal dá razão aos Sindicatos no cálculo das reformas

Nas ações transitadas em julgado, o Supremo Tribunal de Justiça reconheceu a tese dos Sindicatos da Febase. A Federação já instou os bancos a respeitarem o princípio da proporcionalidade direta no cálculo das pensões de reforma de quem descontou para a Segurança Social

Algumas instituições de crédito (IC) têm estado a proceder erradamente ao cálculo da pensão de reforma da Segurança Social, no caso dos trabalhadores que prestaram serviço fora do setor bancário ou descontaram, alternadamente, para o regime geral.

Face a esta situação, os Sindicatos da Febase recorreram aos tribunais para que a legalidade fosse reposta.

Na sequência dos processos judiciais interpostos pelos Sindicatos a nível nacional, foi reconhecido pelo Supremo Tribunal de Justiça o princípio da proporcionalidade direta (ou da regra de três simples) no pagamento dessas reformas.

### Reposição

Assim, para a Febase impõe-se uma revisão da metodologia do pagamento da reforma, aplicando-se a tese que mereceu aprovação pelo Supremo Tribunal de Justiça e já transitou em julgado.

Considerando não haver nenhum motivo atenuável para os bancos continuarem a pagar aos trabalhadores naquelas situações a mensalidade de reforma deduzindo-lhe um valor consideravelmente superior ao que resulta da aplicação da proporcionalidade direta, os Sindicatos da Febase contactaram as IC, reclamando a correta aplicação da fórmula, conforme decisão judicial. ■



Revisão salarial do ACT

## Febase vai recorrer à conciliação

As negociações de revisão da tabela salarial do ACT continuam suspensas. A Federação decidiu recorrer à conciliação e equaciona envolver trabalhadores e reformados em ações futuras

A té ao momento, as instituições de crédito (IC) subscritoras do ACT do setor bancário não manifestaram qualquer vontade de retomar as negociações de revisão da tabela salarial e cláusulas de expressão pecuniária, suspensas pela Febase a 28 de setembro.

Face a esta posição, a Febase continua a procurar soluções que permitam chegar a um acordo com as IC, conseguindo assim — para trabalha-



dores no ativo e reformados — um aumento mais significativo do que o 0,75% proposto.

Uma das decisões tomadas é o recurso à conciliação, cujo processo está já a ser tratado pelos serviços jurídicos dos Sindicatos e, logo que con-

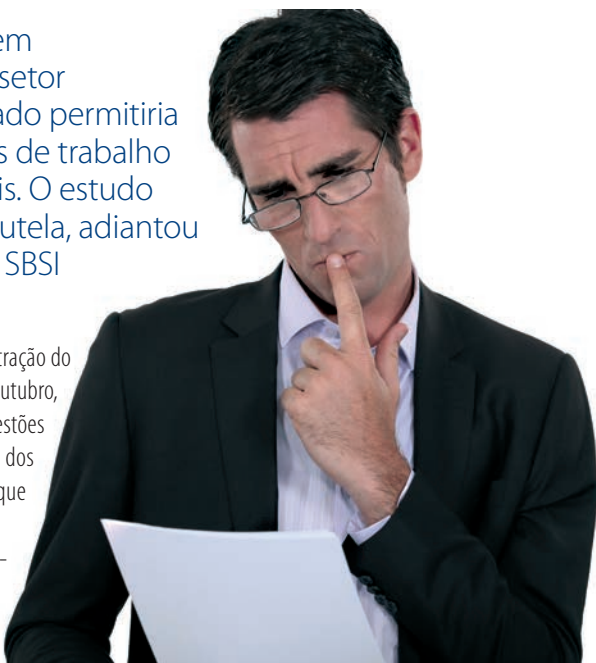
cluído, será comunicado, nos termos da lei, às instituições de crédito. Entretanto, a Febase está a equacionar a movimentação de trabalhadores e reformados, de forma a envolvê-los na procura de uma solução mais justa e equilibrada. ■

## Mudança em estudo no IFAP

A eventual passagem do instituto para o setor empresarial do Estado permitiria negociar condições de trabalho diferentes das atuais. O estudo vai ser entregue à tutela, adiantou a administração ao SBSI

A Direção do SBSI e a administração do IFAP reuniram-se dia 3 de outubro, tendo por objetivo abordar questões relacionadas com a situação dos trabalhadores do ex-IFADAP, que preocupam o Sindicato.

O SBSI referiu que os trabalhadores do ex-IFADAP detiveram um estatuto que lhes foi retirado por um diploma



legal, considerando necessário encontrar uma forma de repor minimamente a situação.

Nesse sentido, a Administração adiantou estar em estudo uma solução a apresentar à tutela, que implicaria a alteração da natureza do IFAP com a sua passagem para o setor empresarial do Estado, depois do que poderia, assim, negociar com os sindicatos condições de trabalho diversas daquelas a que hoje estão obrigados.

Relativamente às diuturnidades (vencidas durante o período dos congelamentos salariais e até à entrada em vigor do DL n.º 19/13), o IFAP informou que em junho pediu um parecer à Direção-Geral da Administração Pública sobre o tema, mas ainda aguarda resposta.

Quanto à representação do SBSI no IFAP, foi decidido manter-se nos mesmos moldes até às próximas eleições do Sindicato, em abril de 2019.

O SBSI deixou clara a sua abertura para colaborar na prossecução de soluções conducentes à defesa dos direitos dos associados. ■



# Uma nova clínica para servir

Um novo espaço, a reconhecida qualidade SAMS. A Clínica SAMS da Amadora reabriu com novas especialidades e melhores condições para servir todos os beneficiários e utentes que ali se desloquem. “É um sinónimo de vitalidade”, afirmou Rui Riso

PEDRO GABRIEL

A reabertura da Clínica SAMS Amadora foi assinalada de forma informal no dia 8 de outubro, contando com as presenças de Rui Riso, presidente do SBSI e do Conselho de Gerência do SAMS, de Rui Santos Alves, vice-presidente do SBSI, e de Palmira Carvalho e José Carlos Pires, membros do Conselho de Gerência do SAMS.

A Comissão Executiva também esteve representada através de Faustino Ferreira e Guilherme Martins Vitorino.

## Visita guiada

Durante uma parte da manhã, o grupo visitou as instalações da clínica, com destaque para os vários gabinetes, a pediatria – cujas imagens alegres certamente animarão os mais pequenos – e a SAMS Optical.

Na pequena cerimónia que assinalou a reabertura, Rui Riso revelou ser um grande prazer ver este dia chegar. “Depois de tudo o que se tem passado na banca, é sinónimo de uma vitalidade que não queremos perder”.

## Exigência

O presidente do SBSI referiu que esta transferência estava programada há algum tempo e não foi concretizada mais cedo devido a processos burocráticos e porque as condições encontradas tiveram de sofrer alterações para corresponder às exigências de uma clínica com esta envergadura.

“Era o que pretendíamos, é uma clínica diferente da que havia. Estamos muito satisfeitos e esperamos que os beneficiários entendam o esforço que fizemos relativamente a esta mudança e que a utilizem”, afirmou.

## As especialidades e exames ao dispor

Nas novas instalações da Clínica SAMS Amadora estão disponíveis as seguintes especialidades: Alergologia; Cardiologia; Cirurgia Geral; Clínica Geral / Médicos Assistentes; Dermatologia; Endocrinologia; Diabetologia; Dietética e Nutrição; Endocrinologia e Nutrição; Psicologia Clínica; Estomatologia; Estomatologia / Odontopediatria; Estomatologia / Prótese Fixa; Estomatologia / Prótese Removível; Ginecologia – Obstetrícia; Oftalmologia; Ortopedia; Otorrinolaringologia; Pediatria; Pediatria / Adolescente; Prótese Dentária; Psiquiatria; Psiquiatria Infantil; Reumatologia; Urologia; Cirurgia Vascular; Cirurgia Vascular / Esclerose de Varizes; Gastrenterologia; Neurologia e Proctologia.

Também na Clínica os beneficiários e utentes podem fazer os seguintes exames: Análises Clínicas; Anatomia Patológica; Eletrocardiografia; Radiologia Dentária e Ecografia.





# mais e melhor



## Proximidade

As novas instalações ficam praticamente no mesmo local das anteriores e um dos fatores a salientar é o facto de ter estacionamento perto, algo que nem sempre é possível garantir, segundo explicou Rui

Riso: “Quando existe essa possibilidade procuramos encontrar condições para que os nossos utentes encontrem. Sempre que é possível, asseguramos. Sabemos que há um estacionamento relativamente perto, o que é uma mais-valia para a clínica e para o bem-estar dos beneficiários”, explicou Rui Riso.

## Nova morada

A Clínica SAMS da Amadora está aberta nos dias úteis, das 08h00 às 20h00, na Rua Elias Garcia, n.º 219, junto ao Jardim Delfim Guimarães, à estação ferroviária da CP e ao Parque Central da Amadora.

Podem aceder à Clínica SAMS Amadora todos os beneficiários dos SAMS, utentes familiares e utentes de acordos, parcerias e seguradoras, assim como utentes particulares (ver “quem e como pode aceder aos SAMS”).

Se não é Beneficiário ou Utente dos SAMS, informe-se junto da Clínica SAMS Amadora ou através do Centro de Contacto.

## Novo sistema

Rui Riso deixou o apelo para que cada vez mais pessoas possam utilizar a clínica e usufruam do novo regime de marcação de consultas, que entrará em vigor no dia 1 de novembro.

“Esperamos ter correspondido aos anseios do nosso universo. Fazemos isto com o apoio de toda a equipa clínica e administrativa porque estamos conscientes que a partir de agora haverá mais trabalho, mais condições, e queremos sobretudo que haja mais satisfação por parte de quem frequenta a nossa clínica”, concluiu. ■



## Karting

## José Feliciano revalida título

Na derradeira prova realizada na Batalha, José Feliciano nem precisou cortar a meta em primeiro lugar para sagrar-se novamente campeão do Sul e Ilhas

A final do Sul e Ilhas do 21.º Campeonato Interbancário de Karting realizou-se no dia 29 de setembro, no kartódromo da Batalha, e contou com a participação de 18 concorrentes.

O regulamento da prova dita que os pilotos transitam para a final com metade dos pontos obtidos na meia-final. O somatório da pontuação nas duas corridas apura o novo campeão.

Assim, apesar de ter terminado no segundo lugar na final, José Feliciano (SGCE) sagrou-se campeão do Sul e Ilhas ao obter um total de 34,25 pontos (21,25 + 13).

Luís Mendes (Santander Totta) foi o mais rápido na Batalha, um resultado insuficiente, no entanto, para chegar ao título, uma vez que somou 33,5 pontos (18,5 + 15).

No último lugar do pódio ficou Nuno Rosa (Millennium bcp), com 25,25 pontos (18,25 + 7).

João Faria (Novo Banco), com 22,5 pontos (11,5 + 11), e Octávio Rodrigues (Santander Totta), com 15,75 (6,75 + 9), terminaram na quarta e quinta posições, respetivamente.

A final Nacional realizou-se no dia 13 de outubro pelo que daremos conta dos resultados na próxima edição da revista Febase. ■

## Vantagens aos sócios

O Sindicato acaba de celebrar vários protocolos que garantem aos nossos associados e seus familiares e beneficiários do SAMS, condições mais favoráveis:

## Parque Aventura

Parque Aventura, Arborismo & Paintball, com sede na Rua do Monte Molião, Lote 5, r/c, concede desconto de 2€ por pessoa sobre o PVP na atividade de arborismo em todos os parques/loais da empresa.

## Real Marina Hotel &amp; SPA

Bernardino Gomes — Gestão Hoteleira, SA, com sede na Rua António Enes, 19, 2.º Dto., concede 15% de desconto nos tratamentos e massagens com hidroterapia, nas massagens terapêuticas, nos rituais de assinatura, nos tratamentos de corpo e rosto e nas terapias holísticas; oferta da joia de adesão e 10% de desconto nas modalidades de sócio.

## Crossfit Olhão

SOEDUCAR (Externato Infante D. Pedro), com sede em Lisboa, na Avenida da República, 49 r/c, concede desconto de 10% na mensalidade; des-

conto de 10% na mensalidade do 1.º aluno e de 20% na mensalidade do 2.º irmão.

## Academia de Karaté de Faro

Academia de Karaté de Faro, com sede em Faro, na Rua Diogo Mendonça Corte Real, n.º 55, concede 20% de desconto em diversas atividades da academia (Karaté, Defesa Pessoal, Treino Funcional, Personal Trainer e Musculação).

## Olhobateria

Olhobateria Unipessoal, Lda., com sede em Olhão, na Rua Cerca do Júdice, n.º 10-C, concede descontos de 45% sobre a tabela Tudor em vigor.

## Farbateria

Farbateria, com sede em Faro, na Rua Monsenhor Henrique Ferreira da Silva, n.º 7, loja 25, concede 48% de desconto para baterias de automóveis; 50% de desconto para baterias de moto.

## PCOnsite

PCOnsite, com sede em Quarteira, na Rua Gonçalves Velho, 58, Loja 3, concede desconto de 10% em material informático e tinteiros originais; desconto de 15% em tinteiros compatíveis; desconto de 20% em assistências e reparações.

## Auto Sérgio Guerreiro

Auto Sérgio Guerreiro, com sede em Olhão, na Zona Industrial, lote 186-188, concede 8% de desconto na mão-de-obra dos serviços de chapa, pintura e mecânica.

## Agência Funerária Santos e Bárbara

Agência Funerária Santos e Bárbara, com sede em Tavira, na Rua dos Fumeiros de Diante, n.º 8, concede 10% de desconto sobre prestação de serviços e vendas da tabela em vigor; artigos religiosos, manutenção e limpeza de jazigos e sepulturas.

## Colégio Parque do Falcão

Colégio Parque do Falcão, com sede na Arrentela, Seixal, na Rua Júlio Augusto Henriques, 7, concede 50% de desconto na inscrição, 10% de desconto na frequência e 15% de desconto na frequência para irmãos ou primos.

## Algarapid

Algarapid, Lda., com sede em Olhão, na Zona Industrial de Olhão, Lote 67, concede desconto de 10% em todo o material (preço líquido + IVA); não aplicável a material de origem.





## Réveillon

# Venha mudar de ano com o SBSI!

Despeça-se de 2018 e dê as boas-vindas a 2019 com muita alegria e diversão. Junte-se à festa promovida pelo Sindicato

porque as boas tradições são para manter, o SBSI volta a promover uma festa de Passagem do Ano e convida todos os sócios a participarem.

A Quinta do Serpa, em Vialonga, acolhe mais uma vez o Réveillon dos bancários, numa noite que se espera preenchida com muito boa disposição.

O convívio tem início marcado para as 20h00 e final... para quando o cansaço vencer a folia. No

meio tempo, há música ao vivo, fogo de artifício e comida e bebida à disposição.

Os preços são os seguintes: sócios: 60€; até 35 anos, 55€; com FSA, 60€; acompanhantes, 70€; crianças: até 4 anos, grátis; dos 5 aos 9 anos, 50%.

Os sócios interessados deverão fazer a sua marcação através do email [administrativa@sbsi.pt](mailto:administrativa@sbsi.pt) ou pelo telefone 213 216 021/22 ■

## Passeio fluvial

# Por este Tejo acima

O “Boa Viagem” conduziu sócios e familiares pelo estuário em duas viagens promovidas pelo SBSI. O tradicional passeio mais uma vez excedeu as expectativas



INÊS F. NETO

O passeio fluvial no varino “O Boa Viagem” e a visita guiada ao património de Alhos Vedros realizou-se no dia 9 de junho, com repetição a 29 de setembro.

O grupo de 45 participantes que a 9 de junho foi recebido pelo mestre João Gregório no varino “O Boa Viagem” embarcou no cais da Moita para o já tradicional passeio fluvial pelo estuário do Tejo.

O dia começou com muita chuva e deixou todos encharcados, mas a sabedoria e o entusiasmo do mestre, homem de muitos conhecimentos sobre o rio e a sua história, não arrefeceu o entusiasmo do grupo. As roupas foram secando durante o percurso de três horas, felizmente sem qualquer

pingo de chuva. Seguiu-se a refeição para retemperar o ânimo dos participantes.

Durante a tarde, o grupo teve o prazer de acompanhar a responsável dos serviços da Divisão da Cultura e Desporto da Câmara Municipal da Moita, Maria Clara Santos, numa visita guiada pela vila de Alhos Vedros, que se iniciou com a entrada na bonita Igreja Matriz de S. Lourenço, seguindo-se a visita ao antigo “Poço Mourisco”, ao Pelourinho e Painéis de Azulejos Comemorativos do Foral Manuelino, integrados nas paredes da Biblioteca de Alhos Vedros. O passeio terminou às 19h00 no Moinho de Maré da Azenha, cuja his-

tória foi detalhadamente apresentada, e onde foi possível ver a exposição “O Ciclo do Pão”.

A segunda visita, no dia 29 de setembro, com a participação de 40 pessoas, repetiu o percurso, apenas com a inversão do programa determinada pela maré: o barco só pode sair quando a maré começa a encher, para que o regresso ainda possa ser feito antes de a maré vaziar.

Nos dois circuitos fica registada a forma emotiva e o reconhecimento dos participantes aos anfitriões, Maria Clara Santos e mestre João Gregório, a quem agradeceram os conhecimentos transmitidos ao longo da visita. ■



## Jogos & Jogos

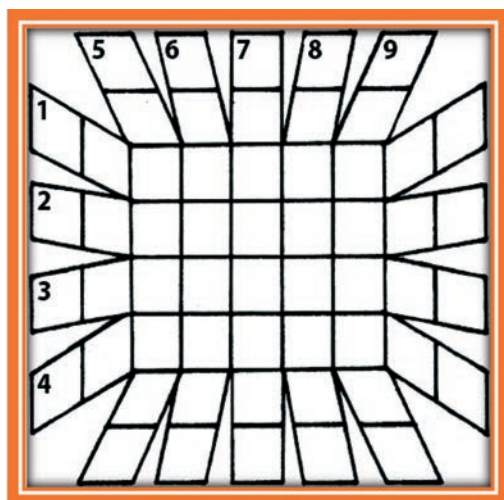
São 34 que aqui estão, menos na diagonal. Uma letra pode ser comum até três palavras. As letras sobrantes formam um novo jogo. Qual é?



A sortear: **Prémio SBSI.**

## Fundo de Cesto

Resolve-se como um vulgar problema de palavras-cruzadas, com a particularidade do rectângulo central (fundo do cesto) constituir também um problema.



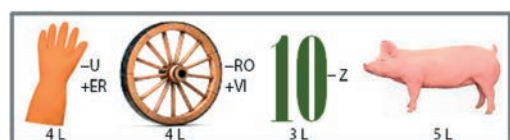
**Enunciado total:** Horizontais: 1 - Democráticas. 2 - Fortificado. 3 - Cobre com ramalhos. 4 - Flauta nística. Verticais: 5 - Isolada. 6 - Pou-saram na Lua. 7 - Aperfeiçoado [fig.]. 8 - Convocamos. 9 - Símile.

**Enunciado do fundo do cesto:** Horizontais: 1 - Saltar. 2 - Alenta. 3 - Enfiada. 4 - Dinheiro [coloq.]. Verticais: 5 - Prep. que designa fim. 6 - Juntar. 7 - Desgasta. 8 - Apreciam. 9 - Moa.

A sortear: **Prémio Porto Editora.**

## Enigma Figurado

(Expressão corrente)



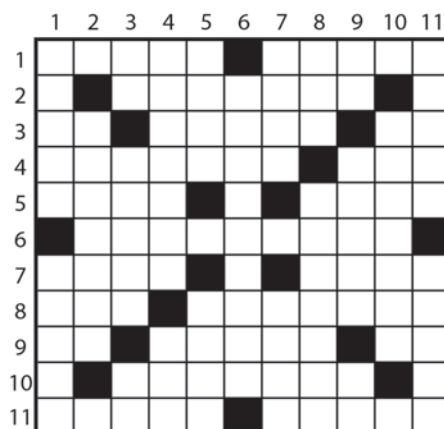
A sortear: **Prémio Porto Editora.**

**Correspondência:** Praceta Palmira Bastos, 2 - 1.º F. 2650-153 Amadora  
Tel.: 21 474 11 21 • e.magno@sapo.pt

## Palavras-cruzadas

### Problema 401

**HORIZONTAIS:** 1 - Mancha infamante; Opinião. 2 - Produto de um roubo. 3 - Sexta nota da escala musical natural; Conseguem [coloq.]; Símbolo de *ástata*. 4 - Obstruídas; Aprecie. 5 - Realçar; Espécie de catapulta para arremessar pedras. 6 - Quarto na prisão [pl.]. 7 - Amante [pop.]; Fandango brasileiro. 8 - Indigne; Principiante em qualquer matéria [fig.]. 9 - Capa; Ter por conveniente; Prefixo que exprime a ideia de *separação*. 10 - Velhacaria [coloq.]. 11 - Raiva; Produzida pelo vento.



**VERTICAIS:** 1 - Vaidosos [regionalismo]; Dedicar. 2 - Aperfeiçoar. 3 - Símbolo de *berílio*; Designação genérica das peças que constituem a ossada de um navio; Símbolo de *gilbert*. 4 - Bastardo; Autor [fig.]. 5 - Pinote [pl.]; Alvéolo do favo. 6 - Lugar sombrio. 7 - Alinhamentos; Volte num banho de tinta (qualquer tecido). 8 - Apresentei (argumentos); Protetor. 9 - Intervenção Operacional; Refinaí (açúcar); Outra pessoa [ant.]. 10 - Sinal. 11 - Prefiram; Feitiço [Angola].

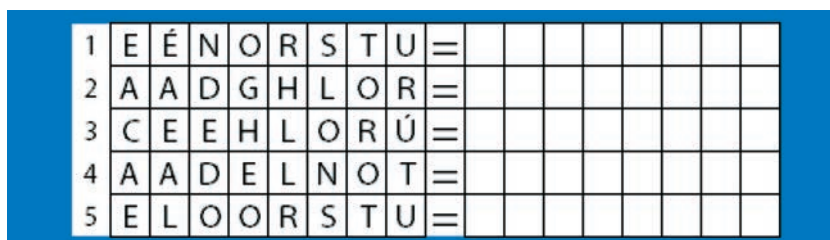
**Gilda Maria Vicente Marques**, Torres Vedras

A sortear: **Prémio Porto Editora.**

Dicionários adotados: da Língua Portuguesa e dos Verbos Portugueses, da Porto Editora.

## Vogais & Consoantes

Junte e misture as vogais com as consoantes de modo a formar cinco sinónimos de VALENTE:



**Orlando Viegas**, Amadora

A sortear: **Prémio SBSI.**

## Resultados do «Tempo Livre» 400



**Palavras-Cruzadas:** Premiado: Virgílio António Silva Atalaya (Lisboa).

**Grifograma:** "O orgulho ou certa sua forma é um modo de não acreditarmos em nós." - Vergílio Ferreira. [A - Ganhei. B - Acusem. C - Nómada. D - Resumo. E - Mofador. F - Coserão. G - Doutor. H - Trémulo] - Premiado: José Bernardo (Funchal).

**Enigma Figurado:** "Ter pernas de alicate" (ter as pernas arqueadas). Premiado: Mariana Isabel Carapinha (Alvito).

**Criptograma:** "Em pouco muito se diz." 1=Z, 2=E, 3=R, 4=O, 5=M, 6=U, 7=L, 8=C, 9=A, 10=H, 11=P, 12=D, 13=G, 14=B, 15=S, 16=I, 17=T, 18=N, 19=V, 20=F. Premiado: Manuel Filipe dos Reis Vieira (Montemor-o-Novo).

**"Um percurso de mil milhas começa com um passo"**

Benjamin Franklin (17.1.1706-17.4.1790), filósofo, físico e político norte-americano

**«Tempo Livre» 401**

Ano XXIV

Prazo para respostas: 17. novembro. 2018



# Réveillon

2018 / 2019

Centro de Férias e Formação | Ferreira do Zêzere

**4 dias / 3 noites**

29 | 12 | 2018 a 01 | 01 | 2019

**Preços:**

Quarto Single (1 pessoa) | **323€**

Quarto Duplo (2 pessoas) | **486€**

Quarto Triplo (3 pessoas) | **699€**

**Possibilidade de usufruir  
a noite de 1 de janeiro**

Quarto Duplo | **30€**

Quarto Single | **20€**

Quarto Triplo | **40€**

**Cada inscrição fica limitada  
ao máximo de 2 quartos por sócio**

Só se aceitam inscrições através  
do telefone: 249 360 200  
a partir das 9 horas do dia  
26 de novembro de 2018

Não se aceitam inscrições através de outras vias,  
nomeadamente e-mail, fax, carta ou presencial.

**Inclui:**

3 Noites com pequeno-almoço buffet

Tratamento Vip nos quartos

Jantar Volante – Sábado

Jantar servido à mesa com animação - Domingo

Cocktail de Fim de Ano – Segunda-feira

Jantar de Réveillon – Segunda-feira

Fogo-de-artifício

Bufete aberto

Animação até de madrugada

Almoço de Ano Novo com Animação – Terça -feira



Casal do Zote – Bêco  
2240-208 Ferreira do Zêzere  
Tel.: 249 360 200 | Fax: 249 360 290  
centroferias.formacao@sbsi.pt



Uma parceria com

**WIDEX**  
CENTROS AUDITIVOS

[www.widex.pt](http://www.widex.pt)



## CONTE CONNOSCO PARA SE LIGAR NOVAMENTE AO MUNDO.

Sabemos como é desagradável sentir-se posto de parte quando não se consegue ouvir bem. Se quer voltar a ouvir o mundo tal como se recorda dele, talvez esteja na altura de falar com a Widex. **Juntos, vamos encontrar uma solução auditiva que se adequa ao seu estilo de vida. Queremos que recupere a alegria no seu dia-a-dia, seja com a sua família, no trabalho ou prazeres tão simples como ouvir o canto dos pássaros.**

**Chiiuuuu...prometemos que ninguém vai perceber!** Hoje já é possível usar aparelhos de forma discreta. Os aparelhos auditivos evoluíram muito nos últimos anos com a introdução da tecnologia digital. Os aparelhos grandes e antigos foram substituídos por modelos que **são mais simples, muito pequenos e extremamente inteligentes.**

1ª Consulta Grátis

**30** ANOS  
EM PORTUGAL  
A PAR  
DA SUA  
AUDIÇÃO

SAMS | Linha de Apoio | Marcações  
**210 499 999**



Serviço Disponível no centro Clínica Ambulatório do **SAMS**, Serviço de Audiofonia, em Lisboa, ou em qualquer Centro Auditivo Widex em todo o país.

### CENTROS AUDITIVOS EM TODO O PAÍS:

Almada | Alvor | Amora | Angra do Heroísmo | Aveiro | Braga | Caldas da Rainha | Campo Maior | Cascais | Castelo Branco | Coimbra | Covilhã | Évora | Faial | Faro | Funchal | Guarda  
Guimarães | Leiria | Lisboa Av. 5 Outubro | Lisboa C.C. Colombo | Loulé | Oeiras | Ourém | Penafiel | Pico | Ponta Delgada | Portalegre | Porto | São Brás | Santarém | Setúbal | Sines  
Tavira | Tomar | Torres Vedras | Vendas Novas | Viana do Castelo | Vila Nova de Gaia | Viseu